

... continuação **ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A.**

Extraordinária. m) **CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos de clientes:** A receita é calculada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reduzida pelas devoluções de clientes, estornos e outros abatimentos semelhantes. A receita da venda de energia é reconhecida quando todas as condições a seguir são atendidas: • A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade da energia. • A Companhia não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre as energias vendidas. • O valor da receita puder ser confiavelmente mensurado. • For provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. • Os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser confiavelmente mensurados. A receita proveniente da venda de energia é reconhecida quando as energias são geradas e disponibilizadas e a titularidade/controlada é transferida. A Companhia comercializou a energia elétrica produzida em sua planta de geração de energia eólica nas seguintes modalidades: • Vendas de energia de LER, no qual os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloadada pela ANEEL em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia, exclusivamente, para as cotas de energia de reserva contratada pela CCEE. O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada; • Vendas de energia no mercado livre – PLD, no qual os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. n) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos entre outras despesas financeiras. o) **Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social é representada pelos impostos correntes. i) **Impostos correntes:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro presumido do trimestre, a taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras. p) **Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. 5. **Adoção das CPCs novas e revisadas – a) CPCs novas e alteradas em vigor no exercício corrente:** No exercício corrente, a Companhia aplicou alterações às CPCs emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. • **CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021):** A Companhia adotou o CPC 50 (IFRS 17) e correspondentes alterações pela primeira vez no exercício corrente. O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos instrumentos financeiros – As operações com instrumentos financeiros reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme o quadro a seguir:

Ativos	Nível	Mensuração (*)	31/12/2023		31/12/2022	
			Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	Nível 2	3.949	3.949	15.226	15.226
Contas a receber de clientes (**)	N/A	Nível 2	3.173	3.173	3.653	3.653
Partes relacionadas	N/A	Nível 2	898	898	-	-
Outros créditos	N/A	Nível 2	107	107	52	52
Títulos e valores mobiliários	N/A	Nível 2	14.640	14.640	3.017	3.017
			22.767	22.767	21.948	21.948
Passivos						
Fornecedores		Nível 2	(69)	(69)	(339)	(339)
Empréstimos e financiamentos	N/A	Nível 2	(35.857)	(35.857)	(40.761)	(40.761)
Passivo de arrendamento	N/A	Nível 2	(1.421)	(1.421)	(1.576)	(1.576)
Dividendos a pagar	N/A	Nível 2	(2.476)	(2.476)	(1.384)	(1.384)
Outras contas a pagar	N/A	Nível 2	(3.464)	(3.464)	(836)	(836)
			(43.287)	(43.287)	(44.896)	(44.896)

(*) Mensuração: 2) Custo amortizado, (**) Valor bruto de custo O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48. O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos. • Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). • Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados: **Mensurados a valor justo por meio do resultado:** Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas. O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato. **Ativo ou passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado:** Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. De acordo com sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante sua avaliação potencial. Os principais fatores de risco que afetam as operações da Companhia estão apresentados a seguir: **a) Estrutura de gerenciamento de risco:** A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e é responsável por monitorar e analisar os cenários econômico-financeiros com o objetivo de identificar os riscos ao qual a Companhia está exposta, bem como mapear possíveis impactos em variáveis financeiras ou econômicas que possam gerar impactos, tais como oscilações de taxas de câmbio, taxas de juros e/ou outros indicadores. Foram estabelecidas políticas de gerenciamento de riscos para identificar e analisar os riscos de exposição e definir os limites de risco aceitáveis, além de ter sido criada uma estrutura de controles apropriada para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos, uma vez que tanto as políticas quanto a estrutura de controles são revisados em uma base regular. **b) Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia

titulares de apólices. A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17). **Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 – Fazendo Julgamentos de Materialidade:** A Companhia adotou as alterações à IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só. O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do 'processo de materialidade em quatro passos' descrito na Declaração de Prática 2. • **Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro – Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação:** A Companhia adotou as alterações à IAS 12 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. • **Alterações à IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros – Definição de Estimativas Contábeis:** A Companhia adotou as alterações à IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. **b) CPCs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas:** Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo 'International Accounting Standards Board – IASB' nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Sem definição
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1)	Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale 01/01/2024 and Leaseback"	

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pela Companhia pode incluir referências bancárias. Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceito para aquele cliente. Esses limites são revisados sempre que necessário ou solicitado. Clientes que não possuírem limites de crédito aprovados somente são atendidos mediante pagamento antecipado. **c) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar retornos. **i) Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração efetuou uma análise de sensibilidade supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2023 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 11,75% ao ano de 2023), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira de R\$1.303. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da receita financeira seria impactado em: (1) Fonte dos índices dos cenários apresentados: CDI relatório Focus de 5 de janeiro de 2024, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN.

Modalidade	Taxa efetiva em 31/12/2023	Risco	Exposição	Provável	25%	50%
					Valor	Valor
Aplicações financeiras (*)	11,75%	Baixa	16.558	1.946	8,81%	1.459
BNDES	9,06%	Alta	(35.857)	(3.249)	11,33%	(4.061)
			(19.299)	(1.303)	(2.602)	(3.899)

	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	69	69	-	-	-
Outras contas a pagar	3.464	3.464	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	35.857	5.423	5.293	5.293	19.848
Dividendos a pagar	2.476	2.476	-	-	-
Arrendamentos a pagar	1.594	199	399	996	-
Posição líquida	43.460	11.631	5.692	6.289	19.848

7. Caixa e equivalentes de caixa 31/12/2023 31/12/2022
Caixa e bancos 2.031 1.636
Aplicações financeiras (i) 1.918 13.590
3.949 15.226

Moeda nacional Taxa de juros mento 31/12/2023 31/12/2022
Circulante 5.423 5.388
Não circulante 30.434 35.373

(i) Referem-se a certificados de depósito bancário, remunerados em 99% em 31 de dezembro de 2023 (90% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), com liquidez imediata.

8. Partes relacionadas – a) Dividendos a pagar
31/12/2023 31/12/2022
ADS Complexo Eólicos Corredor dos Senandes 2.476 1.384
2.476 1.384

b) Remuneração da Administração: Considerando que os administradores da Companhia são pagos pelo Grupo NC, não existem valores de remuneração pagos a pessoas físicas em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

9. Contas a receber de clientes 31/12/2023 31/12/2022
Direitos a faturar (i) 3.173 3.480
Clientes nacionais (ii) - 173
3.173 3.653

(i) Os saldos de direitos a faturar referem-se ao faturamento de energia elétrica que é faturado 60 dias após a medição; Abaixo as análises de vencimentos dos clientes nacionais encontram-se em aberto:

	31/12/2023	31/12/2022
Vencido até três meses	-	173
	-	173

10. Títulos e valores mobiliários – Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$14.640 (R\$ 3.017 em 31 de dezembro de 2022), a título de renda fixa que são remunerado em 99% do CDI em 31 de dezembro 2023 e 2022, refere-se às garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento com o BNDES (nota 14), com os resgates atrelados ao cumprimento de cláusulas contratuais.

11. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamento

	Terrenos	Veículos	Total
a) Direito de uso de ativos, líquido	1.441	123	1.564
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(59)	(69)	(128)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.382	54	1.436
Adições e remensurações	54	75	129
Depreciação	(59)	(58)	(117)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.377	71	1.448

	Terrenos	Veículos	Total
c) Passivo de arrendamento	1.550	125	1.675
Saldo em 31 de dezembro de 2021	169	6	175
Juros incorridos	(199)	(75)	(274)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.520	56	1.576
Adições e remensurações	54	75	129
Juros incorridos	169	5	174
Pagamentos	(199)	(62)	(261)
Baixas	(176)	(21)	(197)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.368	53	1.421

	Aeroge- Máquinas radores e e instala- ções	Equipamen- tos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	74.986	1.275	76.261
Aquisições	-	105	105
Baixas	-	(13)	(13)
Depreciação	(4.864)	(221)	(5.083)
Depreciação – baixas	-	12	12
Saldo em 31 de dezembro de 2022	70.122	1.158	71.280
Aquisições	2.321	135	2.456
Depreciação	(4.738)	(230)	(4.968)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	67.705	1.063	68.768

12. Imobilizado

	Moeda nacional	Taxa de juros mento 31/12/2023 31/12/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	74.986	1.275
BNDES	TJLP +2,51% a.a Set/30	35.857 40.761

	Provisões para perdas com processos judiciais	Saldo líquido
a) Composição	31/12/2023 31/12/2022	31/12/2023 31/12/2022
Contingências trabalhistas	98 242	62 211

b) Movimentação

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	242	137
Constituição (reversão) de provisão demonstrada no resultado do exercício	(190)	105
Atualização	46	-
Saldo final	98	242

c) Perdas possíveis, não provisionadas: Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui processos tributários com a probabilidade de perda possível no montante de R\$2.000 (não havia saldos de perdas possíveis em 31 de dezembro de 2022).

16. Patrimônio líquido – a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 46.104, subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado da seguinte forma:

	Ações
ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A.	54.191.908
ADS Energias Renováveis S.A.	1
Total	54.191.909

b) Reservas de lucros: De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir: **(i) Reserva legal:** É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou o montante de R\$ 231 (R\$291 em 31 de dezembro de 2022). **c) Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária, conforme cálculo demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	4.599	4.599
(-) Constituição da reserva legal	(231)	-
Base de cálculo dos dividendos	4.368	4.599
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	1.092	1.149
A movimentação dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é apresentada a seguir:		
Saldo inicial	1.384	239
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	1.092	1.384
Dividendos adicionais propostos	6.061	-
Pagamentos	(6.061)	(239)
Saldo final	2.476	1.384
17. Receitas operacionais líquidas 31/12/2023 31/12/2022		
Receita com venda de energia	17.251	17.074
Direitos a faturar	(171)	439
(-) Impostos sobre venda	(626)	(638)
Receita operacional líquida	16.454	16.875

(*) Montante resultante da soma dos saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários evidenciados nas notas explicativas 7 e 10. **d) Risco de liquidez:** Na gestão do risco de liquidez a Companhia monitora e mantém um nível de caixa e equivalentes de caixa adequado para financiar as operações da Companhia e mitigar os efeitos das flutuações nos fluxos de caixa. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base na taxa de juros no encerramento do exercício.

	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	69	69	-	-	-
Outras contas a pagar	3.464	3.464	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	35.857	5.423	5.293	5.293	19.848
Dividendos a pagar	2.476	2.476	-	-	-
Arrendamentos a pagar	1.594	199	399	996	-
Posição líquida	43.460	11.631	5.692	6.289	19.848

Venci-

	31/12/2023	31/12/2022
Moeda nacional Taxa de juros mento 31/12/2023 31/12/2022		
Circulante	5.423	5.388
Não circulante	30.434	35.373

Em 04 de outubro de 2013, a Companhia firmou um contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$ 77.167, com amortizações e juros mensais e vencimento final em 15 de setembro de 2030. A primeira tranche, no montante de R\$ 65.030, foi liberada no dia 29 de novembro de 2013, a segunda tranche, no montante de R\$ 11.607, foi liberada em 27 de agosto de 2014, e a terceira tranche, no montante de R\$ 322, foi liberada em 18 de agosto de 2017. Em 24 de maio de 2019, foi liberada a última tranche, no valor de R\$94, não havendo mais saldos a serem liberados em 2023.

a) Movimentação

	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Encargos provisão de juros
(-) Juros pagos	3.566	(3.572)
(-) Amortização do principal	(5.216)	(5.216)
(+/-) Atualização monetária	315	315
Saldo em 31 de dezembro de 2022	40.761	40.761
Encargos provisão de juros	3.168	3.168
(-) Juros pagos	(3.186)	(3.186)
(-) Amortização do principal	(5.271)	(5.271)
(+/-) Atualização monetária	385	385
Saldo em 31 de dezembro de 2023	35.857	35.857

b) Garantias: O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de *project finance* ou financiamento com garantias de projeto, onde constituem-se como